

SUSANNE GRATIUS

INTRODUÇÃO

A “ascensão do resto”, – os BRICS e um segundo grupo de potências emergentes que inclui Indonésia, México, Nigéria e Turquia –, é o principal argumento em prol de uma Europa mais integrada¹. De acordo com a maioria dos cenários futuros, em cerca de dez anos mesmo a Alemanha terá deixado de ser a quarta maior economia do mundo, enquanto Brasil, Índia, México e Turquia terão se tornado parte do clube das principais nações. Apesar de alguns analistas não acreditarem no crescimento constante dos BRICS², há poucas dúvidas de que, em um futuro próximo, a UE não será mais tão forte na economia global. Tendências demográficas e a crise vigente do Euro claramente sustentam estas especulações³.

A futura posição da UE no mundo depende, principalmente, de sua capacidade de se apresentar como um espaço integrado, de sua capacidade de atrair imigrantes e habilidade de criar novas alianças, indo além da tradicional Parceria Atlântica com os Estados Unidos. Apesar de, por razões históricas e devido à interdependência econômica, os Estados Unidos terem garantido um lugar especial na política externa da UE, a presidência de Obama marcou um claro distanciamento em relação à Europa.

1 Ver Ash, 2012.

2 Ver Ruchir, 2012.

3 Ver Comissão Europeia, 2011a.

Pela primeira vez a UE se ergue sobre as próprias pernas no mundo e tem a oportunidade histórica de se tornar, por si só, um ator global independente. O declínio da parceria atlântica coincide com um grande progresso em direção a uma política externa comum na UE, marcado pela indicação de Catherine Ashton como a “ministra de relações exteriores da UE” e como chefe do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE). Outros exemplos na história da integração europeia sustentam o argumento de que o “instrumento técnico” de um serviço diplomático europeu – e a necessidade implícita de definir posições comuns entre a Comissão Europeia, o Conselho e os Estados membros em relação a outros países – irá levar a UE em direção a uma política externa comum. As parcerias estratégicas com dez países (sete dos quais são potências novas ou emergentes) são parte deste exercício.

UM INSTRUMENTO PARA UMA UE GLOBAL? AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O debate sobre as parcerias estratégicas representou um importante passo em direção a uma Europa global. Trata-se de um conceito criado pela UE *ex post* para aprimorar o status de seus principais aliados ocidentais (Canadá, Japão e Estados Unidos) e incluir as “novas” potências, como China e Rússia, e atores globais emergentes, como Brasil, Índia, México, Coreia do Sul e África do Sul. A Alta Representante da UE para política externa e assuntos de segurança, Catherine Ashton, identificou a consolidação das parcerias estratégicas como um objetivo-chave de seu mandato.

Mesmo que as Parcerias Estratégicas sejam um conceito muito heterogêneo para definir as relações com os dez países privilegiados pela UE⁴, elas refletem a vontade da União de tomar parte do novo sistema global. Além disso, uma vez que as parcerias estratégicas com potências emergentes (os BRICS, México e Coreia do Sul) tem mais atenção que as alianças históricas (Canadá, Japão e Estados Unidos), a UE também se reposiciona em relação a parceiros não tradicionais.

As Parcerias Estratégicas podem ser divididas em três grupos: 1) parceiros históricos do Ocidente (Canadá, Japão e Estados Unidos), parceiros com valores semelhantes (México e Coreia do Sul) e rivais em potencial (o fórum dos BRICS). Em termos de poder, tamanho, interdependência econômica e

4 Ver Gratius, 2011.

influência política, China, Rússia e os Estados Unidos são de longe os mais importantes dentre os dez privilegiados da UE⁵.

As parcerias estratégicas estabelecidas bilateralmente pela UE com Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul são as mais complexas em termos de objetivos comuns, interesses e estratégias globais. Mesmo que em termos de tamanho, presença global, poder econômico e valores os BRICS sejam muito diferentes para estabelecer uma aliança convincente, eles constituem o grupo com maior poder de veto nas relações internacionais. Seu principal objetivo não é obter uma coerência interna, mas exercer pressão externa (contra os Estados Unidos e/ou seus aliados europeus). Assim, a primeira pergunta que surge é se os BRICS deveriam ser abordados como um grupo ou individualmente. A resposta para esta questão dependerá do desempenho interno do grupo nos próximos anos.

OS BRICS: HETEROGÊNEOS, MAS PODEROSOS

O que torna os BRICS um grupo interessante não é apenas seu poder econômico e tamanho (43% da população global e 25% do PIB), mas também sua capacidade de bloquear decisões tomadas pelos Estados Unidos e/ou pela União Europeia. Uma vez que estes países não se encontram representados da forma devida em organizações internacionais como o FMI e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (com exceção da Rússia e da China), eles tendem a agir por fora como poderes de veto contra o “unilateralismo do Ocidente”⁶.

Neste sentido, este grupo demonstra coerência de comportamento nas votações do Conselho de Segurança da ONU, no qual os cinco estavam representados em 2011. Com exceção da Resolução 1973 sobre a Líbia (a África do Sul votou a favor e os demais decidiram se abster), os BRICS “apresentaram decisões idênticas em 37 das 38 resoluções votadas até 1º de setembro”⁷. Esta convergência interna pode ser parcialmente atribuída à decisão tomada nas cúpulas de 2010 e 2011 de coordenar as posições adotadas no Conselho de Segurança da ONU.

5 N.T. No original em inglês, a autora usa a definição de “*Special ten*”, ou os dez especiais, designando o grupo de países com os quais foram estabelecidas parcerias estratégicas.

6 Ver Comissão Europeia, 2011a, p. 5.

7 Ver Comissão Europeia, 2011a, p. 10.

Há muitos exemplos de temas nos quais os BRICS dificultaram a construção de um consenso, entre eles, as negociações sobre mudanças climáticas, posições comuns da comunidade internacional a respeito do Irã e no que tange um intervenção da ONU na Síria:

O grupo se mostra relutante em aceitar a preferência europeia por acordos vinculantes para a redução da emissão de gases do efeito estufa e resiste em avançar nas negociações sobre mudanças climáticas⁸.

Os BRICS buscam resolver a crise na Síria por “meios pacíficos” e insistem na necessidade de se “respeitar a independência síria, integridade territorial e soberania” (Declaração de Delhi, 26 de março de 2012).

Com este mesmo argumento, particularmente China e Rússia se recusam a impor qualquer sanção a certos países, como o Irã e a Síria.

O desempenho do grupo dos BRICS é impressionante. Criado como um rótulo econômico da *Goldman and Sachs* há mais de dez anos, este se transformou em um poderoso clube de nações cujas reuniões anuais de cúpula recebem uma atenção similar a dos encontros de alto nível do decadente G8. Diferentemente do fórum trilateral do IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), focado no aprimoramento da cooperação entre os parceiros, as declarações das cúpulas dos BRICS concentram em temas globais, nos quais são adotadas, cada vez mais, posições comuns. Paz, segurança, desenvolvimento e cooperação são as quatro prioridades do grupo.

Cúpulas dos BRICS (2009-2013)

Evento	Data	Local	Foco	Resultados
1ª cúpula	16 de junho, 2009	Yekaterinburg	Crise econômica, G-20, reforma do sistema financeiro global	Declaração conjunta
2ª cúpula	16 de abril, 2010	Brasília	Reforma do sistema financeiro global e da ONU, desenvolvimento e mudanças climáticas	Declaração conjunta
3ª cúpula	14 de abril, 2011	Sanya	Diversos assuntos globais (de desenvolvimento ao sistema financeiro global)	Declaração de Sanya, inclusão da África do Sul (BRICS)
4ª cúpula	29 de março, 2012	Nova Delhi	Estabilidade global, segurança e prosperidade, Oriente Médio e Norte da África, mudanças climáticas	Declaração de Delhi, Plano de Ação, Banco de Desenvolvimento dos BRICS (planejado)
5ª cúpula	26 de março, 2013	Durban	Cooperação econômica	

Fonte: Elaboração da autora.

8 Ver Comissão Europeia, 2011b, p. 1.

As declarações conjuntas das quatro cúpulas organizadas pelo bloco são claramente focadas na agenda internacional. Elas destacam a visão comum de um mundo multipolar, a reforma da arquitetura financeira global (a reforma das cotas do FMI) e do sistema ONU, o fortalecimento do G-20, o cumprimento das Metas do Milênio e as negociações sobre mudanças climáticas. O principal objetivo deste grupo é aumentar “a voz de países emergentes e em desenvolvimento nos assuntos internacionais” (Declaração de Sanya, 14 de abril de 2011).

Além dos holofotes globais, os BRICS compartilham poucos interesses. Em termos de tamanho e poder, trata-se de um grupo de países muito heterogêneos: há potências militares globais como Índia, China e Rússia (em declínio, mas ainda relevante), há o Brasil, como motor econômico e líder regional, e a pequena, mas regionalmente importante, África do Sul. A variedade de tópicos comuns aos cinco não é grande.

Cooperação militar e questões de segurança internacional são fundamentais para China, Índia e Rússia, mas não muito relevantes para o Brasil e a África do Sul. O desenvolvimento é um desafio comum para Brasil, Índia e África do Sul: os três possuem grande desigualdade interna e desempenham o papel de novos doadores no quadro da assim chamada “cooperação sul-sul”. Como estes países também representam o grupo IBSA, já foi estabelecido um fundo de confiança para projetos de cooperação para o desenvolvimento em outros países. Desta forma, eles não precisam de um banco de desenvolvimento dos BRICS, cuja criação foi prevista na cúpula de 2012 em Nova Délhi. O tema da mudança climática representa um desafio para o grupo BASIC⁹, mas não tanto para a Rússia.

Mesmo em questões econômicas há uma gama de divergências de interesses. Enquanto Brasil, Índia, China e África do Sul estão totalmente integrados à OMC, a Rússia se tornou membro apenas em 2011, sendo ainda pouco ativa na agenda de comércio global. Uma conclusão semelhante pode ser tirada sobre questões energéticas. China, Índia e África do Sul são grandes dependentes da produção e importação de fontes tradicionais de energia. O Brasil consegue cobrir suas demandas graças à descobertas recentes de poços de petróleo e à fontes renováveis. Já a Rússia é uma importante exportadora de gás e petróleo (apesar de ter reservas limitadas). Estas divergências levam a interesses internacionais opostos: Brasil e Índia são beneficiados pela alta dos preços de energia, o que é bastante prejudicial para Índia e África do Sul.

9 Brasil, África do Sul, Índia e China.

Neste contexto, é possível afirmar que os BRICS tem uma base frágil para cooperação interna, uma limitação que também condiciona seu comportamento externo. A diferença no padrão de votação do Brasil, Índia, África do Sul (abstenções), China e Rússia (vetos) na ONU sobre a situação dos direitos humanos e possíveis sanções ao Irã, em 2010, evidenciou a dificuldade de se criar uma agenda comum e agir como um bloco. O cenário mais provável para os BRICS é que funcione como um ator global de capacidade de veto, mas não como uma força proativa nas relações internacionais ou como uma aliança com interesses internos comuns.

A UE É UMA PARCEIRA ESTRATÉGICA PARA OS BRICS?

Nunca partiu dos BRICS ou da UE uma sugestão de diálogo entre os grupos. O fato de as relações com a UE não terem aparecido em nenhuma declaração final de cúpula dos BRICS dá uma ideia da pouca importância que este grupo atribui à Europa. O problema é que o status de poder deste grupo está baseado na oposição, não na aliança, à UE e aos Estados Unidos. Atuando como um ator com capacidade de veto contra o Ocidente e como um autoproclamado representante dos países em desenvolvimento, os BRICS – enquanto fórum interestatal – não parecem particularmente interessados em construir uma Parceria Estratégica com a UE, mesmo que reconheçam seu papel central na OMC, no FMI e no G-20.

Contudo, no nível bilateral, todos os cinco países tem fortes razões para promoverem relações bastante próximas à UE. Um dos argumentos é o nível de interdependência econômica e/ou de cooperação. O *boom* de exportação da China e seu crescimento econômico dependem muito da UE (seu principal parceiro comercial), enquanto a China é o segundo maior mercado importador e exportador da UE. As exportações de petróleo e gás da Rússia concentram-se na UE, e Moscou não é apenas o maior provedor de energia para Bruxelas, mas também uma fonte significativa de dores de cabeça – principalmente quando se trata da solução de conflitos internacionais, como o problema nuclear com o Irã e a guerra civil na Síria.

Para Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul, a UE é o principal parceiro comercial; para a UE, os cinco países figuram entre os quinze maiores parceiros. Além disso, a Índia negocia um acordo de livre comércio com a UE que a África do Sul já assinou. O Brasil pode seguir seus passos, uma vez que os 14 anos do processo de negociação de um acordo entre a UE e o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) não chegou a lugar algum.

Não há avanços concretos nas relações da UE com Rússia e China, enquanto Bruxelas e Washington reviveram recentemente a ideia de estabelecer uma Zona Transatlântica de Livre Comércio, inicialmente apresentada em 1997.

Parcerias Estratégicas entre a UE e os países dos BRICS

País e Parcerias	Assuntos principais	Acordo de Livre-Comércio	Tipo de parceria
Brasil (2007)	Comércio (9º parceiro), mudanças climáticas, energia e desenvolvimento	Negociação no formato UE-Mercosul, desde 1999	Guiada por valores e interesses
China (2003)	Comércio e investimento (2º parceiro), mudanças climáticas e direitos humanos	Não, apenas um Acordo de Parceria e Cooperação (APC)	Baseada em interesses e uma relação horizontal
Índia (2008)	Comércio (8º parceiro), investimento, segurança e desenvolvimento	Negociações sobre acordo desde 2006	Guiada por valores e interesses
Rússia (2009)	Comércio (3º parceiro), investimento, energia e segurança	Não, apenas um APC	Baseada em interesses e uma relação horizontal
África do Sul (2006)	Desenvolvimento, África, Comércio (13º parceiro) e paz	Assinado em 2010	Foco no desenvolvimento e PE assimétrica

Fonte: Elaboração da autora baseado em Gratius, 2010.

Outro argumento em favor das parcerias estratégicas bilaterais é a posição de todos os cinco países em suas respectivas regiões e/ou no nível global. Se China e Rússia estão consolidadas como fortes atores regionais e globais, o Brasil está se tornando uma potência regional na América do Sul e, cada vez mais, também na América Latina (Gratius & Saraiva, 2013). A Índia está no centro do processo de regionalização do Sudeste Asiático e a África do Sul ainda é o motor econômico do continente – com um papel de liderança nos diálogos sobre cooperação regional, paz e integração. Nesse sentido, os BRICS incluem cinco líderes regionais em potencial, com grande influência sobre seus vizinhos, seja na África, na Ásia ou na América Latina.

O diálogo sobre segurança internacional também é colocado como um importante tópico da agenda bilateral. Este é relevante nas relações com a Rússia (um país vizinho e *hegemon* na Ásia Central), China (segunda maior potência militar do mundo), Índia (potência nuclear), Brasil (graças aos problemas com tráfico de drogas) e África do Sul (por ter um dos maiores índices de crimes no continente e desempenhar o papel de manutenção da paz em sua vizinhança). Outros tópicos tem espaço em agendas individuais das Parcerias Estratégicas: (1) mudanças climáticas e meio ambiente para Brasil, Índia e China; (2) segurança energética e política para vizinhança com a Rússia; e (3) cooperação para o desenvolvimento, com Brasil, Índia e África do Sul.

A predominância de divergências de interesses no âmbito bilateral explica a falta de uma agenda entre a UE e os BRICS. Dado o baixo nível de coerência

interna no bloco e de seu status como ator com capacidade de veto no nível global, faz pouco ou nenhum sentido formular uma política europeia para os BRICS. Pelo outro lado, os BRICS também nunca pensaram em adotar uma política comum em relação à UE, que, de qualquer forma, apesar de ter uma agenda de política externa relevante para os respectivos países, não está no radar destes como grupo.

CONVERGINDO VISÕES ATRAVÉS DAS PARCERIAS ESTRATÉGICAS?

Uma vez que representam um reconhecimento mútuo de seus respectivos status de poder, as Parcerias Estratégicas tem sido um importante instrumento para aprimorar o papel da UE e dos BRICS no nível global (Grevi, 2010). Apesar disso, o nível de convergência entre ambos os atores é consideravelmente baixo e as parcerias estratégicas da UE não (ainda não ou nunca irão?) cumpriram com as expectativas de promoção de um multilateralismo eficiente.

Caso a UE queira aprofundar sua parceria estratégica com estes cinco países, não deve esperar que eles sigam um comportamento multilateral, mas sim se adaptar às diferentes agendas internacionais ou aceitar que eles não são parceiros que pensam da mesma forma. Sem grandes concessões de ambos os lados, será impossível criar uma verdadeira parceria estratégica que faça alguma diferença no mundo. Para a UE será muito mais fácil atuar em questões globais confiando nas alianças tradicionais do que acatar as posições dos países dos BRICS, altamente influenciadas por interpretações clássicas sobre soberania nacional, “Realpolitik” e não interferência em assuntos domésticos.

Apesar das declarações de cúpula favoráveis, nenhum dos BRICS realmente compartilha do conceito de “multilateralismo eficiente”, baseado em normas e valores para a governança global que partem da própria experiência da UE. É evidente que estas normas e valores não são compartilhados por Rússia e China, e são interpretados de formas cada vez mais distintas pelos países democráticos, Brasil, Índia e África do Sul. O Brasil é o país mais comprometido com multilateralismo, mas quando é obrigado a escolher entre direitos humanos e soberania nacional, na maioria dos casos (como em Cuba, no Irã e na Venezuela), Brasília escolhe privilegiar a soberania nacional. Esse fato não reflete necessariamente valores muito diferentes, mas sim uma estratégia para contrabalançar de forma sutil os Estados Unidos (e a UE) através do alinhamento com os BRICS.

De uma forma geral, Brasil, Índia, África do Sul e até a China se identificam com o sul global. Conseqüentemente, seu entendimento do multilateralismo tem uma marca muito forte do desenvolvimentismo e da multipolaridade. Contudo, ao contrário do que ocorre com outros países latino-americanos, como Colômbia, Chile e México, nem o Brasil nem Índia ou África do Sul querem se juntar ao tradicional grupo de doadores do Comitê OECD-DAC¹⁰, optando por modelos próprios de promoção de desenvolvimento em outros países.

Tomando-se como exemplo as intervenções humanitárias sob o escopo da ONU, percebe-se que mesmo o Brasil, maior aliado da UE nos BRICS em termos de governança global e valores, é relutante em apoiar intervenções militares e, recentemente, apresentou um novo conceito – “responsabilidade ao proteger” – como uma alternativa à doutrina da ONU de “responsabilidade de proteger”. Por trás desta ideia reside um ceticismo do Brasil em relação às intervenções das Nações Unidas, que são lideradas pelos EUA e tem níveis baixos de transparência e informação sobre os objetivos finais e meios a serem adotados pelas intervenções militares.

A reforma do sistema de cotas de contribuição no FMI é um caso claro de oposição entre os BRICS e a UE. A relutância europeia em ceder posições tradicionais para possibilitar o aumento de participação dos países emergentes, apesar da crise e da oferta de alguns membros dos BRICS de auxílio aos pacotes de resgate da UE (que seriam parcialmente financiados pelo FMI), prova o quão distante estão no que tange à reforma do sistema financeiro internacional.

Uma tendência semelhante em relação à divergência ou mesmo à total oposição pode ser identificada em muitas outras questões internacionais. Enquanto os países do BASIC agiram como um grupo (demandando maiores reduções na emissão de gases causadores do efeito estufa por parte dos países industrializados), a Rússia tem uma atuação mais discreta em conferências sobre mudanças climáticas e proteção do meio ambiente. Apesar de Brasil e UE serem fortes defensores de um regime internacional de mudanças climáticas, eles buscam objetivos semelhantes com meios diferentes, o que resultou na impossibilidade de uma ação conjunta em prol de resultados concretos na Cúpula da Terra, em 2012, no Rio de Janeiro (González & Gratius, 2012).

10 Singla em inglês para *Organization for Economic and Cooperation Development – Development Assistant Committee*.

Há pouco espaço para uma “grande estratégia” da UE para os países dos BRICS. Os cinco países não constituem um grupo coerente e os BRICS provavelmente nunca formarão uma aliança com algum grau de coesão interna e institucionalização. Entretanto, as cúpulas anuais marcam uma transferência de poder para “novas” potências emergentes e para algumas já consolidadas. Além disso, os BRICS representam um importante grupo de pressão com influência suficiente para impedir o consenso em muitas questões relevantes na agenda internacional.

Todos os cinco países são parceiros estratégicos da UE no nível bilateral, mas rivais na governança global. Nesse sentido, eles são “parte da estratégia de cooperar enquanto competem” (Hess, 2012, p. 1). Posições divergentes em muitas questões da agenda internacional demarcam os limites do multilateralismo da UE no cenário de alianças variáveis do mundo multipolar. Desta forma, faz sentido manter e estender as parcerias bilaterais incluindo o maior número possível de assuntos, mas seria uma perda de tempo esperar que os BRICS sigam as posições da UE nos assuntos internacionais ou que eles compartilhem do conceito europeu de multilateralismo eficiente.

Consequentemente, a UE deve aceitar que os BRICS não são aliados, mas rivais na luta pela governança e influência globais. Assim, a UE deveria se concentrar na dimensão bilateral das parcerias estratégicas. Isso significa que a UE precisaria se adaptar e formular agendas com conteúdos diferentes para a cooperação, ao invés de homogeneizar as parcerias estratégicas e aplicar formatos e instrumentos iguais para os parceiros. A estratégia de “um-formato-para-todos” não reflete as particularidades das diferentes relações, nem contribui com um mapa claro para as parcerias. É realmente útil estabelecer um diálogo entre UE e Brasil em assuntos de segurança, conforme acordado na Cúpula de Brasília de em 2013, mesmo com as diferentes visões e a baixa prioridade deste tema na relação bilateral? Faria mais sentido priorizar o progresso nas áreas de comércio e investimento que abrir novos espaços de diálogo em questões nas quais há pouca possibilidade de avanços concretos. Deve a UE engajar em um debate sobre mudanças climáticas com a Rússia mesmo que não haja previsão de sucesso? Ou deve-se discutir sobre desenvolvimento coma China, que tem uma visão sobre cooperação sul-sul completamente diferente da UE?

Em tempos de crise e escassez de recursos, a UE deveria criar uma agenda viável de cooperação bilateral, ao invés de tentar convencer parceiros relutan-

tes a adotarem suas próprias posições no cenário global. Acima de tudo, as parcerias estratégicas com países emergentes deveriam servir para fortalecer os interesses comuns no nível bilateral. É extremamente improvável que a UE consiga aumentar sua posição como ator global através da busca de um denominador comum com os BRICS, cujo interesse primordial não é promover o multilateralismo, mas sim – como é legítimo – aumentar o status de poder de seus membros.

Susanne Gratius é Doutora em Ciências Políticas pela Universidade de Hamburgo em consonância com a Universidade Complutense de Madrid. É pesquisadora sênior pela *Fundación para las Relaciones Internacionales y el diálogo Exterior* (FRIDE).

REFERÊNCIAS

- ASH, T. G. The Crisis of Europe. *Foreign Affairs*, v. 91, n. 5, pp. 2-16, Set/Out 2012.
- DECLARAÇÃO DE DELHI, Reunião dos BRICS, 26 de Março de 2012.
- DECLARAÇÃO DE SANYA, Reunião dos BRICS, 14 de Abril de 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. *Global Europe 2050*. Brussels, 2011.
- EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for External Policies. Policy Department. *The EU Foreign Policy towards the BRICS and other Emerging Powers: Objectives and Strategies*. Ad hoc Study, Brussels, Out. 2011, p. 1.
- GONZÁLEZ, D; GRATIUS, S. The EU and Brazil: shared goals, different strategies. In: GREVI, G.; RENARD, T. (Orgs.). *Hot issues, cold shoulders, lukewarm partners: EU Strategic Partnerships and Climate Change*. FRIDE/Egmont, ESPO Report 2, Madri, 2012, p. 11-23.
- GRATIUS, S. The EU and the “special ten”: deepening or widening Strategic Partnerships. *FRIDE Policy Brief* 76, Madri, 2011.
- GRATIUS, S.; SARAIVA, M. Brazil and the Americas. In: EMERSON, M. (Org.). *The EU and Brazil*. CEPS. (Artigo no prelo, 2013).
- GREVI, G. Why EU Strategic Partnerships matter. *FRIDE/Egmont*, ESPO Working Paper 1, Madri, 2012.
- HESS, N. EU relations with “emerging” strategic partners: Brazil, India and South Africa. *GIGA Focus* 4, Hamburgo, 2012.
- SHARMA, R. Broken BRICS: Why the rest stopped rising. *Foreign Affairs*, v. 91, n. 6, pp. 2-8.